


# UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL ACERCA DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

**Anna Laura Rodrigues da Silva**[1]

**Emanuelly Gonçalves Tobias**[2]

**Thainara Dias Silveira**[3]

**RESUMO**

O presente estudo tem como objetivo analisar a produção de conhecimento da área do Serviço Social acerca do fenômeno da violência obstétrica. A metodologia utilizada pautou-se na revisão bibliográfica de caráter exploratório, a partir da busca de produções acadêmicas no Portal de Periódicos da CAPES que relacionassem as temáticas da violência obstétrica e o Serviço Social. Concluiu-se acerca da escassez de pesquisas que abordassem a atuação profissional dos assistentes sociais com a violência obstétrica, evidenciando a necessidade de fomentar a produção de conhecimento, contribuindo para a qualificação da prática profissional e para a formulação de estratégias efetivas de enfrentamento da violência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência; Obstétrica; Serviço Social.

A violência obstétrica vem ganhando visibilidade nos estudos acadêmicos contemporâneos, em decorrência da luta de movimentos sociais feministas em prol de um parto humanizado (Marques, 2020, p. 98). O termo descreve as múltiplas formas de violências contra as mulheres durante o período de gestação, parto, puerpério ou aborto, por parte de profissionais da área da saúde (Tesser *et al*, 2015, p. 2).

Baseado nas primeira legislações latinoamericanas acerca da violência obstétrica, o Dossiê da Violência Obstétrica “Parirás com dor” define o termo como:

> [...] a apropriação do corpo e processos reprodutivos das mulheres por profissional de saúde, que se expressa em um trato desumanizador e abuso da medicalização e patologização dos processos naturais [...] trazendo consigo a perda da autonomia e capacidade de decidir livremente sobre seus corpos e sexualidade, impactando negativamente na qualidade de vida das mulheres (Parto do Princípio, 2012, p. 36-37).

[1]Graduanda de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa; Acadêmica extensionista no Núcleo Maria da Penha - Numape/UEPG. E-mail:22000365@uepg.br.

[2]Graduanda de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa; Acadêmica extensionista no Núcleo de Estudos de Violência Intrafamiliar - NEVIN/UEPG. E-mail: 22000665@uepg.br.

[3]Graduanda de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa; Acadêmica extensionista no Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude - NEDDIJ/UEPG. E-mail: 22006665@uepg.br.

Nesse contexto, observamos que a violência obstétrica consiste em uma violência de gênero contra as mulheres, fruto do patriarcado, o sistema de dominação masculina na sociedade. Assim, integrando a gama de violações de direitos das mulheres por sua identidade de gênero (Marques, 2020, p. 98-99).

De acordo com a pesquisa de Leite (*et al.,* 2024), mulheres negras, adolescentes, de baixa escolaridade e usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS) são as mais vulneráveis à violência obstétrica. Essas práticas abusivas incluem negligência no atendimento, realização de intervenções médicas desnecessárias e maus-tratos por parte dos profissionais de saúde (Leite *et al.*, 2024).

Enquanto indicadores dessa violência, podemos citar a pesquisa "Nascer no Brasil", coordenada pela Fiocruz, que revelou um excesso de intervenções obstétricas desnecessárias, como episiotomias e cesarianas sem indicação, além da falta de consentimento informado das gestantes. O estudo apontou que 45% das 23.894 mulheres entrevistadas, sofreram algum tipo de violência obstétrica durante o parto (Fiocruz, 2014). No setor público as taxas de cesarianas chegam a 46% do total de partos, sendo no setor privado 88% dos nascimentos, muito acima da recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS), que sugere um limite de 15%, devido aos riscos para a saúde da mãe e do bebê (Fiocruz, 2014).

Na mesma pesquisa, 56,1% das mulheres entrevistadas relataram ter sido submetidas à episiotomia, corte que deveria ser realizado apenas em situação específica, mas que acabaram se tornando rotineiros nos hospitais (Formenti; Cambricoli, 2017). 37,3% das entrevistadas relataram ter sofrido a manobra de Kristeller, procedimento contraindicado em qualquer situação pelo Ministério da Saúde (Formenti; Cambricoli, 2017).

Outra pesquisa relevante, realizada pela Fundação Perseu Abramo (2010), indicou que 25% das 1.466 mulheres entrevistadas relataram ter sofrido algum tipo de violência obstétrica. Entre os relatos estão agressões verbais, exames dolorosos sem necessidade, recusa de analgesia e procedimentos realizados sem informação ou autorização. Além disso, cerca de 10% das mulheres relataram ter sofrido episiotomia sem consentimento, um procedimento que não é recomendado rotineiramente pela OMS (Fundação Perseu Abramo, 2010).

As consequências da violência obstétrica são severas, incluindo o aumento do risco de depressão pós-parto, transtorno de estresse pós-traumático, dificuldades na

amamentação e na vinculação materno-infantil. Também há impactos psicológicos de longo prazo, que podem comprometer a saúde mental das mulheres e afetar sua relação com futuros partos (Leite *et al.*, 2024)

Diante do exposto, a violência obstétrica consiste em uma violação dos direitos das mulheres, assim, sendo objeto de atuação do Serviço Social. Corrêa e Torres (2021, p. 91) apontam que os assistentes sociais encontram seus objetos de intervenção profissional nas expressões da questão social, com isso, "a violência obstétrica manifesta-se como uma dessas expressões, na medida em que encontra nos fundamentos da sociedade capitalista, patriarcal e racista, os alicerces para a sua ocorrência" (Corrêa; Torres, 2021, p. 91).

O presente trabalho abordará a respeito da produção de conhecimento do Serviço Social acerca da violência obstétrica, considerando que a temática apresenta-se como recente na contemporaneidade e configura-se como um objeto concreto de atuação dos assistentes sociais.

Para tanto, a metodologia utilizada no estudo consiste na revisão bibliográfica de caráter exploratório, por meio das produções científicas publicadas no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, utilizando o sítio de pesquisa da plataforma para buscar produções que abordassem a temática da violência obstétrica em conjunto com o Serviço Social. Realizamos busca na opção avançada, sem restrição de ano de produção ou tipo de material, considerando apenas publicações em língua portuguesa. Assim, foram combinados descritores e conectores relacionados à temática, com foco em identificar pesquisas que discutem a atuação dos assistentes sociais no contexto da violência obstétrica.

No sítio de pesquisa da plataforma CAPES, inicialmente, utilizamos o descritor "violência obstétrica", obtendo 558 resultados em língua portuguesa. Na sequência, filtramos a busca por área de conhecimento, selecionando a área de Ciências Sociais Aplicadas, obtendo 18 resultados em língua portuguesa.

Posteriormente, realizamos a pesquisa utilizando o descritor "violência obstétrica", combinado com o conector "AND", seguido do descritor "serviço social", obtendo apenas 4 resultados em língua portuguesa, sendo essas produções entre os anos de 2018 e 2022.




Dentre os 4 trabalhos científicos filtrados pela plataforma CAPES, analisamos qual a relação exposta nas pesquisas entre o Serviço Social e o fenômeno da violência obstétrica.

A primeira pesquisa nomeasse “Enfrentamento à violência obstétrica: contribuições do movimento de mulheres negras brasileiras", desenvolvido pela professora e doutora em Serviço Social Jussara Francisca de Assis dos Santos. Observamos que o artigo trata da profissão dos assistentes sociais de forma indireta, porém aborda reflexões relevantes para sua atuação, como a importância das contribuições das mulheres negras para promoção da igualdade racial na assistência do parto e a ausência de ações interseccionais entre gênero, raça e classe para a erradicação da violência obstétrica (Santos, 2021, p. 154-169)

O segundo artigo nomeasse “Violência obstétrica: expressão da questão social posta ao trabalho do assistente social”, desenvolvido pela mestre em Serviço Social e assistente social Ana Paula Dias Corrêa, juntamente com a doutora em Ciências Sociais e assistente social Iraildes Caldas Torres. A pesquisa aborda diretamente a violência obstétrica e a atuação dos assistentes sociais, considerando o fenômeno como uma das expressões da questão social. As autoras destacam o papel do Serviço Social para a garantia de direitos das mulheres grávidas, em trabalho de parto ou em processo de abortamento, além das dificuldades profissionais encontradas na área da saúde. Ainda, revelam o compromisso ético-político dos assistentes sociais para o combate a violência obstétrica, apontando a necessidade de mudanças estruturais na sociedade (Corrêa; Torres, 2021, p. 90-102).

A terceira pesquisa nomeasse “Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência obstétrica”, desenvolvido pela doutoranda em Serviço Social Jussara Francisca de Assis. Assim como o primeiro artigo, a pesquisa não aborda diretamente sobre o Serviço Social ou os assistentes sociais, mas aborda reflexões relevantes, como a influência do racismo e da interseccionalidade para a incidência da violência obstétrica e a necessidade de implementação de políticas públicas de saúde para a erradicação dessa violência (Assis, 2018, p. 547-565).

O último artigo filtrado pela plataforma CAPES nomeasse “Redes de apoio à amamentação abrace seu mundo: ‘Mães apoiando mães’”, produzido por 8 autoras diferentes. A pesquisa não aborda o Serviço Social como objeto de pesquisa, apenas

menciona a atuação de uma acadêmica do curso no projeto “Abrace seu mundo”. Ainda, o artigo foi publicado no XXVIII Fórum Nacional de Ensino em Fisioterapia, V Congresso Brasileiro de Educação em Fisioterapia, sendo o ponto principal a atuação do curso de Fisioterapia com a amamentação e o enfrentamento a violência obstétrica (Cockell *et al*, 2018).

Concluímos que a análise da produção acadêmica sobre violência obstétrica no campo do Serviço Social revela uma escassez significativa de estudos diretamente voltados para essa temática. Apesar da relevância social e da pertinência do tema para a atuação profissional dos assistentes sociais, apenas um dos quatro artigos identificados abordava especificamente a relação entre a violência obstétrica e o Serviço Social.

Essa lacuna na produção de conhecimento acadêmico reflete um desafio para o Serviço Social enquanto campo de atuação e pesquisa. A violência obstétrica é uma expressão da questão social que demanda intervenções interdisciplinares e um olhar crítico para as desigualdades estruturais que a perpetuam, incluindo o racismo institucional e o patriarcado. Diante disso, é fundamental que os assistentes sociais ampliem sua produção científica sobre o tema, consolidando sua atuação na defesa dos direitos das mulheres e no fortalecimento das políticas públicas de humanização do parto.

Por fim, este estudo reforça a importância de fomentar pesquisas que abordem a relação entre o Serviço Social e a violência obstétrica, contribuindo para a qualificação da prática profissional e para a formulação de estratégias efetivas de enfrentamento dessa problemática. Ainda, destaca-se a necessidade de uma maior articulação entre academia, movimentos sociais e políticas públicas para garantir a visibilidade e o enfrentamento dessa grave violação de direitos humanos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, J. F. de. **Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos:** compreensões à violência obstétrica. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 133, p. 547-565, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/JfVQpC8kyzshYtTxMVbL5VP/?lang=pt. Acesso em: 08 mar. 2025.

COCKELL, F. F. *et al*. REDES DE APOIO À AMAMENTAÇÃO ABRACE SEU MUNDO: "MÃES APOIANDO MÃES". *In:* XXVIII Fórum Nacional de Ensino em Fisioterapia, V Congresso Brasileiro de Educação em Fisioterapia, 2018, São Paulo. **Anais** [...] São




Paulo: UNIFESP, 2018. Disponível em: https://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/cadernos-educacao-saude-fisioter/article/view/2202. Acesso em: 08 mar. 2025.

CORRÊA, A. P. D.; TORRES, I. C. **Violência obstétrica:** expressão da questão social posta ao trabalho do assistente social. Revista Argumentum, Vitória, v.13, n.3, p. 90-102, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/35383/24463. Acesso em: 07 mar. 2025.

FIOCRUZ. FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Nascer no Brasil**. 2024. Disponível em: https://nascernobrasil.ensp.fiocruz.br/?us_portfolio=nascer-no-brasil. Acesso em: 04 mar. 2025.

FORMENTI, L.; CAMBRICOLI, F. **Ministério da Saúde lança diretrizes contra manobras agressivas em partos**. Agência Senado, 06 mar. 2017. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/533729/noticia.html?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 06 mar. 2025.

LEITE, T. H.; MARQUES, E. S.; CORRÊA, R. G.; LEAL, M. do C.; OLEGÁRIO, B. da C. D.; COSTA, R. M. da; MESENBURG, M. A. **Epidemiologia da violência obstétrica:** uma revisão narrativa do contexto brasileiro. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 29, 2024. Disponível em: https://www.scielosp.org/pdf/csc/2024.v29n9/e12222023/pt. Acesso em: 4 mar. 2025.

MARQUES, S. B. **Violência obstétrica no Brasil**: um conceito em construção para a garantia do direito integral à saúde das mulheres. Cadernos Ibero-Americanos de Direitos Sanitários, Brasília, v.9, n.1, p. 97-119, 2020. Disponível em: https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/585. Acesso em: 06 mar. 2025.

PARTO DO PRINCÍPIO. **Dossiê da Violência Obstétrica**. Parirás com dor. Rede Parto do Princípio, 2012. Disponível em: https://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20367.pdf. Acesso em: 07 mar. 2025.

SANTOS, J. F. de A. dos. **Enfrentamento à violência obstétrica:** contribuições do movimento de mulheres negras brasileiras. Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 19, n. 47, p. 154-169, 2021. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/56082/36719. Acesso em: 8 mar. 2025..

TESSER, C. D. *et al*. **Violência obstétrica e prevenção quaternária:** o que é e o que fazer. Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, Rio de Janeiro, v. 10, n. 35, p. 1-12, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/279521042_Violencia_obstetrica_e_prevencao_quaternaria_o_que_e_e_o_que_fazer. Acesso em: 07 mar. 2025.